



REGULAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Seção I – Da Finalidade

Art. 1º O Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais (PPGCA), do *campus* Planaltina da Universidade de Brasília, regido pelo presente Regulamento, visa o enriquecimento da competência científica de graduados e mestres em Ciências Ambientais ou áreas relacionadas, por meio de estudos avançados e pesquisas em Ciências Ambientais, que conduzam aos graus de Mestre e de Doutor em Ciências Ambientais nos termos do disposto na Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Nº 0080/2021 da Universidade de Brasília.

Seção II – Da Estrutura do Programa

Art. 2º O Colegiado do PPGCA é constituído pelos professores credenciados como orientadores e pela representação discente, na forma definida no Regimento Geral da Universidade de Brasília.

Art. 3º Além das atribuições definidas pelo Regimento Geral da Universidade de Brasília e pelo Colegiado dos cursos de Pós-graduação, o Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais - CPPGCA deve:

I - eleger a Comissão de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e a Comissão de Bolsas do Programa de Pós-Graduação, os quais devem ser escolhidos entre os(as) docentes permanentes do Colegiado, para desempenharem funções definidas pelos colegiados superiores da Universidade de Brasília e as delegadas pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais;

II - eleger o(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais dentre os docentes credenciados como orientadores(as) permanentes no Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, com mais de dois anos no exercício do magistério na Universidade de Brasília;

III - propor aos colegiados competentes o número de vagas previstas a cada seleção de alunos aos cursos de mestrado e doutorado;

III - acompanhar a aplicação dos recursos financeiros concedidos ao programa pelas agências de fomento à pós-graduação;

Art. 4º. O Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais se reunirá, por convocação de seu presidente (Coordenador(a) de Pós-Graduação), em sessões ordinárias e em sessões extraordinárias.

I - O Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais também poderá reunir-se por autoconvocação de dois terços (2/3) de seus membros, em reunião extraordinária com indicação da pauta da reunião, a qual será presidida por um membro eleito entre os presentes;

II - As reuniões ordinárias e extraordinárias serão convocadas com o mínimo de quarenta e oito (48) e vinte e quatro (24) horas de antecedência, respectivamente e só poderão ter início



com a presença de no mínimo cinquenta por cento (50%) dos seus membros ou, salvo os casos previstos no Art. 49 do Regimento Geral da UnB, com pelo menos um terço (1/3) da composição plena do Colegiado.

Art. 5º A Comissão de Pós-Graduação do Programa em Ciências Ambientais será presidida pela/o Coordenadora/Coordenador e constituída por, pelo menos, três docentes, e uma representação discente, e seu respectivo suplente.

§ 1º O mandato dos membros da Comissão será de dois anos, permitida uma recondução.

§ 2º Os membros da Comissão devem estar presentes nas reuniões na forma preconizada no artigo 51 do Regimento Geral da UnB.

Art. 6º. A Comissão de Pós-Graduação em Ciências Ambientais terá as seguintes atribuições:

I - assessorar o Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e o Colegiado dos Cursos de Pós-Graduação da Faculdade UnB Planaltina;

II - aprovar a constituição das comissões avaliadoras responsáveis pela realização dos exames de qualificação e de defesas de dissertações e teses, propostas pelos(as) orientadores(as);

III - propor os nomes de docentes para integrar a comissão de seleção de novos discentes para os Cursos de Mestrado e Doutorado;

IV - analisar o aproveitamento de estudos de disciplinas de Pós-graduação cursadas pelos discentes do Mestrado e do Doutorado no Brasil e no exterior;

V - deliberar sobre o pedido de criação, alteração e inclusão de disciplinas no currículo dos cursos;

VI - analisar e encaminhar ao Colegiado de Pós-Graduação da Faculdade UnB Planaltina para deliberação, as propostas de credenciamentos de orientadores(as), coorientadores (as) e orientadores(as) específicos para os(as) discentes nos cursos de Mestrado e de Doutorado, bem como a permanência ou não, de docentes e pesquisadores(as) já credenciados(as);

VII - analisar pedidos de Trancamento Geral de Matrícula, solicitação de Alteração de Prazos de Conclusão de Curso, bem como Designação e Mudança de Orientação;

VIII - definir a política do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, em estrita observância das normas internas que tratam da pós-graduação, de forma a assegurar o alto padrão didático científico e dar a melhor formação possível aos discentes de pós-graduação;

IX - executar todas as determinações emanadas dos órgãos superiores da Universidade de Brasília e as tarefas delegadas pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, de forma a viabilizar as atividades de ensino e pesquisa.

Art. 7º A Comissão de Bolsas do Programa de Pós-Graduação do Programa em Ciências Ambientais será constituída por cinco membros titulares: coordenador (presidente), três docentes (com um suplente) e um representante discente (com um suplente), com as seguintes atribuições:

I - estabelecer as regras e diretrizes para a concessão de Bolsas de Estudos oriundas das agências de financiamento que alocam bolsas para o Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais;

II - acompanhar a distribuição de Bolsas de Estudos oriundas das agências de financiamento que alocam bolsas para o Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais.

Art. 8º O Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais tem as seguintes atribuições:



I - convocar e presidir as reuniões do Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, da Comissão de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e da Comissão de Bolsas;

II - representar o Programa de Pós-graduação junto ao Colegiado Único de Pós-Graduação do *campus* Planaltina;

III - responder pelo andamento do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais perante o Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação e às agências de fomento;

IV - gerenciar todas as atividades do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais;

V - executar as deliberações dos colegiados que tratam do ensino de Pós-graduação na Universidade de Brasília.

Art. 9º O Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais poderá ter um Coordenador Substituto, escolhido entre os professores orientadores, com mais de dois anos no exercício do magistério na Universidade de Brasília.

§ 1º O mandato do Coordenador e do Coordenador Substituto será de dois anos, conforme estabelece o Art. 9º do Estatuto, permitida uma recondução.

§ 2º Compete ao Coordenador Substituto colaborar com a gestão do Programa e assumir as funções de coordenação em caso de ausência ou impedimento do Coordenador.

Seção III – Da Admissão

Art. 10. Para concorrer a uma vaga nos Cursos de Mestrado ou Doutorado em Ciências Ambientais, o candidato deverá satisfazer às exigências definidas no Edital de Seleção.

Art. 11. Poderá ser admitida a matrícula de alunos especiais em disciplinas isoladas do Programa de acordo com a disponibilidade de vagas.

§1º A matrícula de aluno especial só poderá ser feita respeitando o cronograma didático estabelecido pela Universidade de Brasília e o cumprimento das exigências estabelecidas pela Universidade de Brasília e pelo Programa.

§2º Disciplinas de Pós-graduação cursadas como aluno especial, poderão ser aproveitadas conforme especificado no Art. 23 deste Regulamento.

Seção IV – Da Organização Didática

Art. 12. Os cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Ciências Ambientais são o mestrado acadêmico e o doutorado e apresentam a seguinte estrutura:

I - Área de Concentração: Estrutura, Dinâmica e Conservação Ambiental;

II - Linhas de pesquisa: Modelagem ambiental e Manejo e Conservação de Recursos Naturais.

Art. 13. O currículo dos cursos é composto por disciplinas obrigatórias e optativas:

I - as disciplinas obrigatórias constituem o tronco comum (Anexo I, Art. 1º, § 1º);

II - as disciplinas optativas constituem o domínio conexo (Anexo I, Art. 1º, § 2º).

Art. 14. São atribuições do discente vinculado ao programa:

I - conhecer o regulamento do curso, bem como suas resoluções e normas, prazos e procedimentos da vida acadêmica e científica em geral;

II - efetuar a matrícula regular no curso a cada semestre, nos prazos definidos pela coordenação, com a anuência do respectivo orientador;



Art. 15. Cada discente regular dos cursos de Mestrado e Doutorado terá um docente orientador nas seguintes condições:

I - credenciado no Programa, conforme resolução específica, a ser indicado em um prazo máximo de três (3) meses após seu ingresso;

II - a indicação do orientador é efetuada pela Comissão de Pós-Graduação em Ciências Ambientais em consonância à área de atuação do docente e ao objeto de estudo proposto pelo discente.

Art. 16. As condições para o credenciamento do docente no programa são:

I - apresentar um mínimo de produção científica, definida em resolução do Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais tanto para o orientador quanto coorientador de Mestrado e de Doutorado;

II - ao orientador de Doutorado também será exigida também a orientação prévia, concluída com êxito, de pelo menos uma (1) dissertação de Mestrado;

III - em casos excepcionais, a Comissão de Pós-Graduação em Ciências Ambientais poderá credenciar como orientador de Doutorado, doutores com alta produção científica em linha de pesquisa consolidada, ainda que não tenham orientação prévia de Mestrado;

Art. 17. São atribuições do orientador:

I - orientar a elaboração do projeto de dissertação ou de tese do discente, juntamente com o mesmo e apontar as disciplinas que, por necessidade, deverão ser cursados pelo discente;

II - aprovar o plano de estudos e o elenco de disciplinas para matrícula em cada período letivo, de acordo com o programa de estudos organizado com a participação do discente;

III - acompanhar as atividades de estudo do discente, visando proporcionar-lhe as melhores condições possíveis para a obtenção do grau;

IV- orientar o discente em pesquisas no campo de sua especialidade, bem como em atividades didáticas;

V- submeter à Comissão de Pós-Graduação em Ciências Ambientais o projeto de Dissertação e/ou de Tese encaminhado pelo seu orientando, com data, horário, local e os nomes dos membros para compor a Comissão Examinadora do Exame de Qualificação;

VI - solicitar à Comissão de Pós-Graduação em Ciências Ambientais a marcação dos exames de defesa da Dissertação ou da Tese de seus orientandos, propondo o dia, a hora, o local e a Comissão Examinadora, com antecedência de 30 dias antes da defesa;

VII - o orientador poderá deixar de sê-lo a qualquer tempo, desde que haja justificativa substanciada, com aprovação da Comissão do Programa.

Art. 18. O discente poderá ter, além do orientador titular, um coorientador.

§ 1º A coorientação se dá quando um professor compartilha efetivamente com o orientador a concepção do projeto de pesquisa do aluno, a sua execução e a orientação complementar.

§ 2º A designação de um coorientador deverá ser aprovada pela Comissão de Pós-Graduação dos Programas mediante solicitação circunstanciada do orientador.

§ 3º O professor coorientador deverá ser credenciado pelos Colegiados de Cursos de Pós-Graduação, cumpridas resolução específica.

§ 4º O coorientador não substituirá de forma automática o orientador em suas funções regimentais específicas.



Art. 19. É facultada ao discente a mudança de orientador mediante as seguintes condicionalidades:

I - protocolização de petição justificada, com sugestão de potencial orientador, dirigida à Comissão de Pós-Graduação em Ciências Ambientais;

II - deliberação da Comissão de Pós-Graduação em Ciências Ambientais;

III - a solicitação da mudança de orientador será permitida até o final de doze (12) meses para o mestrado e trinta (30) meses para o doutorado;

Art. 20. O discente de Mestrado deverá integralizar um mínimo de vinte e quatro (24) créditos e o discente de Doutorado deverá integralizar um mínimo de trinta e seis (36) créditos em disciplinas.

Parágrafo único. Não haverá atribuição de créditos à Dissertação de Mestrado ou à Tese de Doutorado (CEPE, Resolução 080/2021, Art. 27, §3º).

Art. 21. A matrícula será feita por disciplinas, nas datas previstas no calendário universitário da Universidade de Brasília, com concordância expressa do orientador, conforme a legislação vigente.

Parágrafo único. O discente com o número mínimo de créditos já cursados deverá matricular-se obrigatoriamente na disciplina Elaboração de Trabalho de Dissertação de Mestrado ou Elaboração de Trabalho de Tese de Doutorado, dependendo de seu Curso.

Art. 22. Os prazos mínimos e máximos para o término dos cursos, incluindo os prazos para a elaboração e defesa da Dissertação de Mestrado ou da Tese de Doutorado, são:

I - mínimo de doze (12) e máximo de vinte e quatro (24) meses letivos para o Mestrado;

II - mínimo de vinte e quatro (24) e máximo de quarenta e oito (48) meses letivos para o Doutorado;

III - Excepcionalmente, perante a apresentação de razões amplamente justificadas e de cronograma que claramente indique a viabilidade de conclusão pela(o) Discente, esses prazos poderão ser alterados por um período de até seis meses no caso do Mestrado e de até 12 meses no caso do Doutorado, mediante solicitação circunstanciada a ser avaliada pela Comissão de Pós-Graduação do PPG.

Art. 23. O aproveitamento de créditos em disciplinas cursadas em programas de pós-graduação *stricto sensu*, em instituições brasileiras ou estrangeiras, dar-se-á (CEPE, Resolução 0080/2021, Art. 25):

I - mediante análise da equivalência com disciplinas do curso, sendo concedido crédito na disciplina equivalente;

II - até o limite de setenta por cento (70%) dos créditos em disciplinas exigidos para o curso;

III - mediante parecer circunstanciado do orientador, no qual fique clara a contínua relevância e atualidade dos conteúdos anteriormente estudados, nos casos em que essas disciplinas tiverem sido cursadas há mais de dez (10) anos;

IV - mediante aprovação de parecer da Comissão de Pós-Graduação e deliberação pelo Colegiado de Pós-Graduação de Ciências Ambientais.

Art. 24. O trancamento de disciplinas no mestrado e no doutorado de Ciências Ambientais dar-se-á mediante as seguintes condicionalidades:

I - requerimento do interessado;

II - autorização escrita e fundamentada do orientador;



III - autorização do coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais; IV - dentro dos prazos estabelecidos pela Universidade.

Art. 25. O Trancamento Geral de Matrícula (TGM) somente poderá ocorrer, por motivo justificado, nos casos em que fique comprovado o impedimento involuntário do discente para exercer suas atividades acadêmicas.

I - O Trancamento Geral de Matrícula (TGM) não poderá ser concedido por mais de um período letivo, exceto por razão de saúde;

II - Durante o Trancamento Geral de Matrícula (TGM), o discente não poderá receber bolsa de estudos da quota administrada pelo Programa;

III - Mediante aprovação de parecer da Comissão de Pós-Graduação e deliberação pelo Colegiado de Pós-Graduação de Ciências Ambientais.

Art. 26. Será desligado do curso o discente que incorrer em uma das seguintes situações:

I - não efetuar matrícula a cada semestre;

II - obter duas (2) reprovações em disciplina;

III - obter duas (2) reprovações no Exame de Qualificação;

IV - não efetuar matrícula findo o trancamento previsto no Art. 25;

V - for reprovado na defesa de Dissertação de Mestrado ou de Tese de Doutorado;

VI - ultrapassar o prazo máximo de permanência no curso previsto no Art. 22 e os outros prazos e condições previstas nas resoluções do programa;

VII - por motivos disciplinares previstos neste Regulamento ou no Regimento Geral da Universidade de Brasília.

Art. 27. O reingresso de discente desligado dar-se-á somente nas seguintes condições:

I - será vedado, por dois (2) anos, a admissão no Programa de discente desligado em função do previsto no inciso VII do Art. 26 deste Regulamento;

II - por meio de nova seleção pública, de acordo com os procedimentos previstos em edital;

III - as disciplinas cursadas anteriormente à nova admissão poderão ser aproveitadas somente após análise pela Comissão de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, levando-se em conta os dispositivos do Art. 23º.

Seção V – Da Diplomação

Art. 28. O discente do Curso de Mestrado ou Doutorado terá de se submeter a um Exame de Qualificação com defesa pública até o final do segundo e terceiro período letivo do Curso, respectivamente. A forma do exame de qualificação está definida em Resolução específica aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais.

Art. 29. As defesas de Dissertações de Mestrado ou Teses de Doutorado deverão ser requeridas, por escrito, pelo orientador com a anuência do discente, com uma antecedência mínima de trinta dias, ao Presidente da Comissão de Pós-graduação em Ciências Ambientais.

Art. 30. Para a obtenção do diploma de Mestre, o discente, além das exigências prescritas no Regimento Geral e demais normas aplicáveis, deverá:

I - completar o mínimo de créditos estabelecidos no Art. 20;

II - ser aprovado no Exame de Qualificação, de acordo com as regras estabelecidas pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais;

III - apresentar comprovante de submissão de um (1) artigo científico em revista, conforme estabelecido na resolução interna do Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais;



IV - ter sua Dissertação defendida e aprovada, em sessão pública por uma Comissão Examinadora composta pelo(a) docente orientador(a), que a presidirá, este(a) sem direito a julgamento, e composta por dois (2) membros titulares, sendo pelo menos um(uma) não vinculado(a) à Universidade de Brasília, e por um(uma) suplente, e será aprovada pela Comissão de Pós-Graduação em Ciências Ambientais;

V - Os membros da Comissão Examinadora deverão ter o título de Doutor(a) e não poderão, com exceção da(o) Orientadora (Orientador), estar envolvidos na orientação do Projeto de Dissertação;

VI - entregar à Coordenação a versão final da dissertação, avaliada pelo(a) orientador(a), nos termos definidos pela Comissão Examinadora.

Art. 31. Para obter o diploma de Doutor, o discente, além das exigências prescritas no Regimento Geral e demais normas aplicáveis, deverá:

I - completar o mínimo de créditos estabelecido no Art. 20;

II - ser aprovado no Exame de Qualificação, de acordo com as regras estabelecidas pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais;

III - comprovar, para marcação da defesa pública da tese, um (1) trabalho científico publicado ou aceito para publicação e comprovante de submissão de pelo menos um (1) trabalho científico, ambos relacionados com a Tese, conforme estabelecido na resolução interna do Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais;

IV - ter sua tese defendida e aprovada em sessão pública por uma Comissão Examinadora presidida pelo professor orientador, este sem direito a julgamento, e composta por três membros titulares e um suplente. Dentre os Membros Titulares, uma(um) deve ser vinculado(a) à Universidade de Brasília e dois externos à Universidade de Brasília;

V - Os membros da Comissão Examinadora deverão ter o título de Doutora (Doutor) e não poderão, com exceção da(o) Orientadora (Orientador), estar envolvidos na orientação do Projeto de Tese;

VI- entregar a versão final da tese, avaliada pelo orientador, nos prazos definidos pela Comissão Examinadora.

Art. 32. As Dissertações de Mestrado e as Teses de Doutorado poderão ser redigidas e defendidas em língua portuguesa ou em outras línguas, de acordo com a natureza das demandas da área de conhecimento.

Parágrafo único. Quando produzida em outra língua, a Tese ou a Dissertação deverá apresentar título e resumo expandido em português.

Art. 33. As decisões da Comissão Examinadora de Dissertação de Mestrado serão tomadas por unanimidade, e as de Tese de Doutorado, por unanimidade ou por maioria simples de voto, delas cabendo recurso somente por vício de forma.

§ 1º A cada Dissertação de Mestrado ou Tese de Doutorado, a Comissão Examinadora consignará, em formulário próprio, uma das seguintes menções: Aprovação, Aprovação com revisão de Forma, Reformulação ou Reprovação;

§ 2º No caso de Aprovação, a homologação ficará condicionada à entrega do trabalho definitivo no prazo de até 30 dias à Coordenação do Programa;

§ 3º No caso de Revisão de Forma, a homologação ficará condicionada à apresentação definitiva do trabalho revisado no prazo máximo de trinta dias à Coordenação do PPG e de sua aprovação por um dos membros da banca examinadora, que não a(o) Orientadora (Orientador);

§ 4º No caso de Reformulação a(o) Discente ficará obrigada(o) a apresentar e a defender, em caráter definitivo, uma nova versão do seu trabalho no prazo estabelecido, que não poderá ser superior a três meses para o Mestrado e a seis meses para o Doutorado;



§ 5º No caso de Reprovação, cada membro da Comissão Examinadora deverá emitir um parecer circunstanciado, por escrito, justificando o seu voto;

§ 6º A não aprovação da dissertação ou tese na segunda defesa, a não entrega da dissertação ou tese no caso de revisão de forma ou a não entrega dos exemplares da versão final da dissertação ou tese exigidos, nos prazos estipulados, implicará no desligamento do discente do Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais.

Seção VII – Disposições Finais e Transitórias

Art. 34. Os alunos dos cursos de Mestrado poderão ser admitidos no curso de Doutorado do mesmo Programa a qualquer momento antes de completarem 18 meses no Programa sem necessidade de submeter-se ao processo público de seleção para o Doutorado, seguindo resolução específica do PPGCA.

Art. 35. Este Regulamento estará sujeito às demais normas existentes e às que vierem a ser estabelecidas para os cursos de pós-graduação na Universidade de Brasília.

Art. 36. As dúvidas e os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Pós-Graduação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais.

Art. 37. O presente Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.



Anexo ao Regulamento dos Cursos de Mestrado e Doutorado em Ciências Ambientais

Art. 1º. O currículo dos Cursos de Mestrado e Doutorado em Ciências Ambientais inclui disciplinas das áreas de Concentração e de Domínio Conexo.

§ 1º: Disciplinas obrigatórias:

Nome	Código	Nível	Créditos
Análise e Manejo de Ecossistemas	PPGCA0083	M/D	4
Escrita técnica e publicação científica	PPGCA0078	M/D	2
Mudanças ambientais globais e biodiversidade	PPGCA3973	M/D	4
Pensamento Científico e Estruturação de Projetos	PPGCA0042	M/D	2
Tópicos em Ciências Ambientais	PPGCA0075	M/D	2

§ 2º: Disciplinas optativas:

Nome	Código	Nível	Créditos
Análises Multidimensionais	PPGCA0039	M/D	4
Avaliação da Biodiversidade	PPGCA0082	M/D	2
Ecologia da Restauração	PPGCA0081	M/D	4
Estágio Docente I	PPGCA0080	M/D	2
Estágio Docente II	PPGCA0106	M/D	2
Estágio Docente III	PPGCA0123	M/D	2
Estatística aplicada às Ciências Ambientais	PPGCA4009	M/D	4
Fisiologia da Paisagem	PPGCA3788	M/D	4
Geoestatística aplicada às Ciências Ambientais	PPGCA1883	M/D	4
Geoprocessamento Ambiental	PPGCA0170	M/D	2
Limnologia Aplicada às Ciências Ambientais	PPGCA0085	M/D	4
Manejo e Conservação de Animais Silvestres	PPGCA0100	M/D	2
Poluição Ambiental e Ecotoxicologia	PPGCA0086	M/D	2



Práticas de Campo em Ciências Ambientais	PPGCA0077	M/D	8
Práticas Avançadas de Campo em Ciências Ambientais	PPGCA0128	M/D	8
Processos Químicos Aplicados	PPGCA0087	M/D	4
Química Ambiental	PPGCA0169	M/D	2
Sensoriamento Remoto e Análise Ambiental	PPGCA0125	M/D	4
Tecnologias em Análise Urbana e Ambiental	PPGCA0088	M/D	4
Tópicos Avançados em Manejo e Conservação de Recursos Naturais	PPGCA0089	M/D	2
Tópicos Avançados em Modelagem Ambiental	PPGCA0090	M/D	2

Art. 2º. O número de créditos das disciplinas relacionadas no Art. 1º deste Anexo pode ser alterado por iniciativa do departamento que ministra a disciplina, após aprovação nas instâncias competentes.